

## Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

### IV.3 - Educação a Distância - EAD



#### **Eixo Temático IV - Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica**

##### **3. Educação a Distância**

<b>Artigos:</b> Ronaldo Mota	185
Joana D'Arc Vieira Botini	193
Alípio Leal Santos Neto	197

Os recentes e constantes avanços das tecnologias de informação e comunicação, acabaram por relativizar os conceitos de espaço geográfico e tempo, reduzindo virtualmente as distâncias globais e otimizando o tempo gasto para acessar o vasto acervo da produção cultural da humanidade, que ora vem sendo disponibilizado na rede internacional. Semelhantemente ao impacto ocorrido com a invenção da imprensa, de Gutemberg, na Idade Média, a emergência das chamadas *sociedades da informação* cristalizou profunda revolução no campo da divulgação do conhecimento.

Nesse fértil contexto, a modalidade de educação a distância foi potencializada, culminando em uma *educação cada vez mais perto e mais personalizada*, na qual os sujeitos envolvidos têm o relativo privilégio de escolher a melhor forma de ensinar (ou de aprender), além de privilegiar a permuta de conhecimentos em rede e, com isso, tornar fecundo o campo para o surgimento de comunidades de aprendizagem. Concomitantemente, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente, Lei 9.394, de 1996, ainda que de forma incipiente, proporcionou a imprescindível abertura para que a modalidade possa conquistar o terreno da credibilidade.

Cogitando-se o potencial de inclusão social, latente em proposta autêntica de educação a distância, cumpre-nos observar o binômio: capilarização da oferta de educação nos diferentes rincões do globo e acessibilidade personalizada, conforme os interesses de instituições, professores e estudantes. Essa é uma realidade promissora, tendo em vista o desafio de desfazer a imagem desfavorável do Brasil: o país ainda figura entre as nações mais excludentes do globo, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Dados recentes (2005) indicam que apenas em torno de 11% dos jovens, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso à educação superior presencial.

Nessa linha, as demandas por formação continuada ao longo da vida, geradas pelo modo de produção da sociedade do conhecimento, terão na educação a distância forte aliado, para que, em breve, não se façam mais distinções entre formação inicial e continuada.

Importante destacar que, na modalidade educação a distância, baseada nas tecnologias de informação e comunicação, o método não se distingue do conteúdo, porquanto simultaneamente ao processo de ensino e aprendizagem de uma certa matéria, tem-se a prática dos instrumentos envolvidos – o conjunto das mídias – que é em si conhecimento, o que favorece a aquisição do saber específico, desperta o interesse de aprender a aprender e pela aprendizagem continuada.

## O sistema Universidade Aberta do Brasil

O projeto de construção de uma nação fraterna, justa e solidária vincula-se ao domínio produtivo do conhecimento e a extensão de seus benefícios à população, o que ocorre, em particular, na educação superior. Nesse sentido, o Brasil ainda possui um grande desafio no que diz respeito ao acesso a esse nível de ensino. Dados recentes indicam que apenas em torno de 11% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso à educação superior. Ademais, o resultado conjugado de fatores demográficos, as atuais políticas de melhoria do ensino médio, com perspectiva de universalização de atendimento desse nível educacional em curto prazo, que vem gerando pressão por aumento do número de vagas no ensino superior, bem como aumento das exigências do mercado de trabalho, sinaliza para uma expressiva demanda por educação superior e de formação continuada.

Entretanto, os desafios educacionais citados, ainda que considerados os dados atuais de exclusão educacional, podem ter, na educação a distância, uma possibilidade de indiscutível eficácia que aponta para impactos positivos no tocante à acessibilidade à educação superior, especialmente nas instituições federais de ensino superior e demais universidades públicas estaduais, as quais apresentam potencialidades rumo à democratização do acesso, o que se comprova pela existência de um parque universitário robusto e malha consolidada de pesquisa. Dessa forma, a modalidade de EAD pode contribuir significativamente com o atendimento de demandas educacionais urgentes, dentre as quais destacam-se: a necessidade de formação ou capacitação de mais de um milhão de docentes para a educação básica, bem como a formação continuada, em serviço, de um grande contingente de servidores das empresas públicas.

Para enfrentar esses desafios, o conjunto das instituições participantes do Fórum das Estatais da Educação propôs a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, que congrega instituições públicas de educação superior para ofertar cursos e programas da modalidade de EAD, tendo por ponto de partida a consolidação e a diversificação de experiências, em variados níveis de ensino que vêm, gradativamente, tomando forma no país.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil, criado em 2005, representa assim, a convergência de esforços das instituições participantes do Fórum das Estatais pela Educação para a criação das bases da primeira *Universidade Aberta* (UAB) do país e tem se consolidado a partir de amplos e democráticos debates e, particularmente, da interlocução entre Governo Federal, empresas públicas, estatais e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

O Sistema UAB foi oficializado pelo Decreto N°. 5.800, de 8 de junho de 2006, destacando a articulação e a integração de Instituições de Ensino Superior, Municípios e Estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no País, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

A iniciativa integra importantes políticas públicas para a área de educação e tem ênfase em programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e para a promoção de inclusão social. Em sua essência, o sistema caracteriza-se pela reafirmação do caráter estratégico desse nível educacional, do desenvolvimento científico e da inovação tecnológica para o crescimento sustentado do país, além de estabelecer metas e ações para a promoção da educação inclusiva e cidadã.

Trata-se de um marco histórico para a educação brasileira que será amalgamado na produção coletiva de iniciativas compatíveis com a necessidade de revigoração do modelo de formação superior no Brasil – tradicionalmente baseado em formação acadêmica inicial – e no repensar a educação ao longo da vida, considerando-se as progressivas e profundas reestruturações das relações profissionais, bem como a emergência de novas competências para o trabalho, provocadas pelos constantes avanços tecnológicos em nossos dias.

A consecução do sistema sustenta-se na oferta de educação superior baseada na adoção e fomento da modalidade de educação a distância (EAD), fato que confere férteis potencialidades para a UAB, dentre as quais destaca-se a alternativa para atendimento às demandas reprimidas por educação superior no país, o que contribuirá para o enfrentamento de um cenário nacional de assimetrias educacionais, seja em relação à oferta de cursos superiores, seja em relação às possibilidades de oferta de educação continuada ao longo da vida. Nesse particular, pretende-se ampliar as oportunidades de acesso à educação do grande número de estudantes que vivem em regiões distantes dos grandes centros urbanos do Brasil, país privilegiado com dimensões continentais. Vale ressaltar que a modalidade de EAD tem por sustentáculo as tecnologias de informação e comunicação, o que também poderá permitir espaço de formação acadêmica atualizada, privilegiando a construção autônoma e crítica do conhecimento, por intermédio de variados meios de aprendizagem: impressos, áudios, vídeos, multimídia, Internet, correio eletrônico, *chats*, fóruns e videoconferências.

Nessa linha, a adoção da modalidade de EAD deverá apresentar especial impacto positivo no atendimento às demandas de formação ou capacitação de mais de um milhão de docentes para a educação básica.

A primeira ação voltada para oferta educacional no âmbito da UAB foi a implantação de um projeto-piloto, com a criação de um curso de graduação a distância na área de Administração. Gestado no âmbito do Fórum das Estatais, ocasião em que o Banco do Brasil se propôs realizar parceria com instituições públicas de ensino superior, abrange 18 Estados da Federação, que já contam com infraestrutura adequada para os cursos (Ceará, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Distrito Federal, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio Grande do Norte). São 25 instituições públicas, sete estaduais e 18 federais, com previsão de atendimento a 10.000 alunos.

Além disso, outros cursos e programas em diferentes regimes e etapas da educação superior, especialmente aqueles voltados à formação de professores, devem ser implementados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil.

Com esse intuito, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação a Distância, publicou o Edital nº 01, de 20 de dezembro de 2005, configurado para essa chamada pública, a seleção de pólos de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para o Sistema Universidade Aberta do Brasil- UAB.

O edital foi dividido em duas partes: a Parte A, referente à seleção de pólos de apoio presencial, em que poderiam inscrever-se como proponentes prefeituras municipais, governos estaduais ou Distrital e/ou consórcio destes; a Parte B, concernente aos proponentes de cursos de ensino superior, na modalidade a distância, aos quais poderiam concorrer instituições públicas federais de ensino superior (universidades e CEFETs).

O objetivo da Parte A do edital refere-se à implantação do sistema da UAB por meio da criação de pólos de apoio presencial, especialmente no interior dos estados brasileiros. Tal estrutura acadêmico-administrativa e pedagógica visa à expansão de cursos, tanto formais como não-formais, à criação de espaços de pesquisa e à estruturação de centro de recursos didáticos, fazendo uso de todas as mídias disponíveis.

Nessa perspectiva, define-se o pólo de apoio presencial como sendo uma “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-admi-

nistrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais”. Isso significa, fundamentalmente, um local apropriado para atender adequadamente estudantes de cursos a distância. Será o local onde o estudante terá acesso local à biblioteca, a laboratório de informática (por exemplo, para acessar os módulos de curso disponíveis na *Internet*), podendo ainda ter atendimento de tutores, assistir às aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, o pólo é o “braço operacional” da(s) instituição(ões) de ensino superior na cidade do estudante ou na mais próxima dele.

Estudos comprovam que o pólo de apoio presencial cria as condições para a permanência do aluno no curso, desenvolve um vínculo estreito com a Universidade, valorizando a expansão, a interiorização e a regionalização da oferta de educação superior pública e gratuita. Por todas essas razões poderá tornar-se, em curto prazo, centro de integração e desenvolvimento regional e de geração de empregos.

Nesse sentido, é imprescindível que o pólo atenda tanto às necessidades das instituições federais de ensino superior, quanto às dos estudantes, permitindo que todos os alunos tenham acesso aos meios modernos de informação e comunicação.

A Parte B do Edital convoca as Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs credenciados para atuar em EAD para proporem cursos de ensino superior, tanto de graduação como seqüenciais, tecnólogos, especialização, aperfeiçoamento, mestrado ou doutorado, preferencialmente os de formação inicial e continuada de professores.

Ao Edital, responderam 39 Universidades Federais, 10 Centros Federais de Educação Tecnológica e 430 proponentes de pólo de apoio presencial, todos interessados em, de forma compartilhada, estabelecer uma rede nacional que, prioritariamente, atenda à necessidade de formar centenas de milhares de professores para a educação básica e possibilite que outro igual montante de docentes, em efetivo exercício, possam completar sua formação, cumprindo assim a determinação legal de, em breve, capacitar milhões de professores periodicamente.

Na fase preliminar de avaliação, foram selecionados 328 propostas de pólos e 197 cursos das 50 IFES participantes, dentre os quais, 90 são de licenciatura. Na segunda fase da avaliação em curso, estão sendo definidos os pólos e os cursos que serão implementados em março de 2007 e os que iniciarão suas atividades em agosto de 2007.

As universidades públicas, por estarem localizadas, em sua maioria, nos grandes centros, não oportunizam o acesso de parcela significativa da população brasileira à formação superior. Essa situação tem reflexo na formação do professor, dada a dificuldade de se deslocar aos centros de formação, ficando sujeitos, muitas vezes, a frequentar cursos superiores pagos, quando estes existem na sua região.

A falta de oportunidade de realizar cursos de educação continuada e a dificuldade de acesso ao ensino superior são, na maioria dos casos, os motivos da insegurança do professor em exercício, quando se defronta com o olhar de alunos cheios de expectativas e sede do saber, acreditando estar na figura do professor o início do processo de inclusão intelectual e social.

A EaD se apresenta, então, como uma alternativa para a formação desses profissionais como educadores mais críticos e mais reflexivos, visando à criação de ambientes e de possibilidades de efetiva inclusão e exercício da cidadania.

Para tanto, o sistema UAB, agregado a várias ações e projetos do Ministério de Educação, visa propiciar o acesso aos meios de comunicação e de tecnologia na Educação, com vistas à formação inicial e continuada de professores para a educação básica, numa dimensão de expansão e atendimento que somente a EAD permite.

Os cursos de formação inicial ou continuada de professores possibilitarão não apenas, uma formação em exercício e em larga escala e dimensão, mas também um ensino em que estão presentes, de forma associada, a pesquisa, a extensão e o ensino, ou seja, por meio da EAD, pode se criar uma rede de aprendizagem significativa na qual o professor (das IFES), o tutor, o professor-aluno, interagem constantemente, vivenciando experiências inter e multidisciplinares de construção coletiva e individual do conhecimento, desenvolvendo competências e habilidades, atitudes e hábitos, relativos tanto ao estudo e à profissão como à sua própria vida. Nesse sentido, busca-se transformar os educadores e seus respectivos alunos em autores do seu próprio conhecimento com o uso da tecnologia, cada vez mais próxima da Educação, espaço em que se criam e efetivam possibilidades de sua utilização como um valioso instrumento e recurso didático.

Os cursos do sistema UAB, aprovados no Edital SEED-MEC, N. 01 de 20 de dezembro de 2005, e iniciarão suas atividades em 2007, a partir da criação de uma rede nacional de formação, qualificação e valorização do profissional-professor. Com isso, será ampliado significativamente o número de docentes com formação superior, o que trará como conseqüências a qualificação do ensino básico e o incentivo permanente à formação continuada dos professores.

Para tanto, a UAB, estará presente em todos os estados brasileiros, com a implantação de 150 pólos de apoio presencial para junho de 2007, ofertando uma média de quatro cursos por pólo, maioria de licenciatura e, em alguns casos, cursos de *lato sensu* em nível de especialização ou aperfeiçoamento. Da mesma forma, para setembro de 2007, está prevista a efetivação de mais 150 pólos.

Os pólos de apoio presencial serão um local de encontro, de estudo, de debate, de reflexão, de produção e de acesso aos instrumentos, recursos ou ferramentas (computador com internet, biblioteca, etc) por quem individualmente não possui condições de tê-los.

Da mesma forma, as IFES estenderão seu espaço de atuação, tanto em questões de fronteiras territoriais como na ampliação de vagas, com uma previsão de criação de 90 mil novas vagas. Além disso, o MEC está criando programas de incentivo e investimento na pesquisa para atender a grande demanda de novas disciplinas e linhas de pesquisa, especialmente na formação continuada de professores na modalidade a distância, com o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e estratégias de ensino e a aprendizagem inovadoras, o que se dará pela utilização das TICs.

A perspectiva para o futuro próximo, de educação ao longo da vida (inicial e continuada), principalmente pela intensificação do uso das redes telemáticas, será uma realidade efetiva no momento em que as instituições de ensino superior e de pesquisa desenvolverem esforços significativos na produção de conhecimento e na formação de profissionais da educação comprometidas com as transformações sociais e tecnológicas contemporâneas.

**B**om dia a todos e a todas, bom dia aos integrantes da mesa, aos quais eu cumprimento na pessoa do prof. Ronaldo Mota, Secretário de Educação a Distância do MEC. Inicialmente, gostaria de agradecer à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica pelo convite para participar dessa mesa-redonda e pela iniciativa na realização dessa Conferência. Eu coordeno as atividades da Rede Senac de Educação a Distância. Em 2004, pela Portaria MEC nº 554 com base no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 24, o Senac Nacional foi autorizado a oferecer cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* a distância, como instituição especialmente credenciada, devido ao seu notório saber em matéria de educação profissional, com sessenta anos de reconhecida atuação no campo educacional.

A instituição foi criada em 1946 e logo no ano seguinte já estava atuando na educação a distância, numa experiência pioneira e bem sucedida, denominada Universidade do Ar, e que tinha como objetivo primordial oferecer cursos básicos de preparação para o comércio, através das ondas do rádio. Ao longo dos anos, outras iniciativas no campo da educação a distância sucederam a essa pioneira atividade educacional. Para se ter uma idéia da dimensão desse trabalho, somente no ano passado atendemos 36.702 alunos, em 171 cursos, nos diversos níveis e modalidades de educação profissional para a área de comércio de bens, serviços e turismo, especialmente com a oferta de programas destinados à Formação Inicial e Continuada nas áreas de Gestão, Comércio, Informática, Turismo e Hospitalidade, além de suprir carências da educação básica, em programas compensatórios de Português e Matemática.

Acreditamos, portanto, que instituições como o Senac e o Senai, vêm prestando um relevado serviço na construção da história da educação profissional nesse país e que terão também muita contribuição a dar nessa Conferência.

Algumas colocações vão orientar a minha fala:

- # o uso das tecnologias da informação e da comunicação;
- # a abrangência da EAD;
- # seus objetivos;
- # a necessidade permanente de monitoramento e avaliação;
- # um caminho para uma educação flexível.

Em sua trajetória, o Senac sempre procurou implementar projetos que incorporassem o uso de novas tecnologias. Entretanto, o desenvolvimento da educação a distância na instituição não decorreu, exclusivamente, dessa necessidade de acompanhar novas tendências mas sim de imprimir à modalidade a garantia de processos educativos de qualidade. Os cursos a distância devem incorporar em suas ações os pressupostos políticos e pedagógicos da instituição, bem como as normas legais que regem a matéria, e serem explicitados nos materiais e na ação docente – dois pilares para garantia da educação a distância. Logo, as tecnologias devem ser encaradas como meio para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e não como um fim em si mesma.

A educação a distância tem como um de seus pressupostos o atendimento em grande escala e a formação de parcerias e consórcios para o estabelecimento de Redes vem atender essa exigência. Uma Rede de Educação a Distância permite que a instituição atue de forma sistêmica e com grande abrangência, com otimização de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos, evitando sempre o isolamento e a duplicidade das ações. Além disso, uma Rede também amplia o acesso à Educação, para um público geograficamente disperso, que tem ritmos diferentes de aprendizagem e também tempos diferentes de estudo, o que dificulta, evidentemente, sua participação no ensino presencial. Hoje, a nossa Rede está presente em 18 estados e no Distrito Federal

Os objetivos da educação a distância não podem ser diferentes daqueles que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica. No caso do Senac, temos como alguns dos objetivos gerais:

- # Articular trabalho, tecnologia e conhecimento científico, na perspectiva de um novo sujeito do conhecimento preparado para saber, saber fazer, saber ser e saber conviver;
- # Pautar-se em concepções e metodologias que, além dos conhecimentos de natureza técnica, desenvolvam competências e valores relacionados à dimensão humana, essenciais à vida e à atuação consciente e participativa na sociedade civil;

Outro fator determinante para o sucesso de um curso a distância é a criação de mecanismos que garantam um fluxo de comunicação eficiente, um monitoramento e avaliação permanente das ações, principalmente, quando estamos em Rede, com gestão compartilhada e atribuições e responsabilidades diversas e em espaços físicos distintos.

Como visão de futuro, precisamos caminhar para uma educação flexível. A Instituição, presentemente, está começando a investir mais fortemente em estudos objetivando adoção de sistemas híbridos, com atividades de ensino presencial conjugadas com a utilização de aulas virtuais, como alternativa para a estruturação da educação a distância, procurando usar novos modelos de educação, que sejam mais flexíveis e contextualizados.

E por último, vemos como uma das grandes contribuições da educação a distância a de suprir o problema de carência de qualificação profissional dos professores em geral. Vemos com satisfação que o MEC está atento a essa realidade, com a criação da Universidade Aberta.

No entanto, não podemos deixar de mencionar uma das maiores dificuldades para a oferta de uma educação a distância de qualidade - o alto grau de investimento inicial, o que exige que consórcios e parcerias sejam concretizados para se alcançar escala no atendimento e otimização de recursos.

Uma das grandes carências detectadas pelo Senac em sua ação institucional refere-se à falta de professores devidamente qualificados para o exercício da função docente na educação profissional. Para suprir suas necessidades internas, a Instituição tem investido em programas especiais de desenvolvimento de seus docentes.

Professor Ronaldo Motta. O meu questionamento vai nessa direção. Sentimos necessidade de um incentivo maior para que as universidades federais contemplem, nos seus instrumentos de planejamento, a implementação de cursos e programas voltados para a docência em educação profissional. Neste particular, vemos a educação a distância como uma estratégia para atingir esse público. Mais ainda, instituições de educação profissional como o SENAC e o SENAI, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as Fundações Estaduais de Educação Profissional e similares, que têm uma tradição e experiência em capacitar pedagogicamente seus próprios docentes, poderiam vir a fazer parcerias com essas universidades, para promover cursos a distância, especialmente voltados para a habilitação e a especialização ou aperfeiçoamento em Docência na Educação Profissional.

Senhoras e senhores, essa é a minha contribuição neste painel e esses são os meus questionamentos. Mais uma vez, quero deixar registrado, em meu nome e em nome do Departamento Nacional do Senac, os nossos agradecimentos e os nossos cumprimentos pela oportunidade deste painel, no âmbito da Primeira Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, que traz como lema a 'Educação Profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social'. Muito obrigada".

## Educação Profissional

Segundo a UNESCO a formação profissional e tecnológica de preparar as pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania

*“A educação deve ter por finalidade não apenas formar as pessoas visando uma profissão determinada, mas sobretudo colocá-las em condições de se adaptar a diferentes tarefas e de se aperfeiçoar continuamente, uma vez que as formas de produção e as condições de trabalho evoluem: ela deve tender, assim, a facilitar as reconversões profissionais”*  
(UNESCO, 1972)

### A sociedade atual e a formação profissional

As mudanças ocorridas no mundo, principalmente nas últimas décadas, estão influenciando a construção de um modelo de sociedade em que a formação profissional é um fator estratégico de desenvolvimento.

Neste contexto, a educação se apresenta como ferramenta eficaz de formação para a cidadania e para o mundo do trabalho, preparando os cidadãos para enfrentar os desafios da produtividade e da competitividade do mundo contemporâneo sem descurar de sua contribuição para construção de uma sociedade mais justa e solidária.

### Os avanços tecnológicos e a exclusão social

Os avanços tecnológicos produzidos nos últimos anos infelizmente não estão ao alcance de todos. A situação se agrava na medida em que a maioria da população, não tendo acesso à formação e qualificação profissional vai engrossando a fila dos excluídos dos processos produtivos, da participação na distribuição da renda nacional, acesso e domínio do conhecimento para o livre exercício de sua cidadania.

## A educação a distância no mundo

As experiências educativas na modalidade à distância remontam ao século XVIII e tiveram grande expansão a partir de meados do século XIX, na especialização e qualificação de mão-de-obra para atender a demanda dos processos de industrialização e mecanização decorrentes da Revolução Industrial.

No século XX, a demanda pela educação à distância foi marcada pela oferta de cursos superiores e de pós-graduação, numa visível estratégia adotada nos países mais desenvolvidos para combater o sistema formal elitista, monopolista e fechado que mantém a educação distante da grande maioria da população.

Destaques de iniciativas que obtiveram êxito:

*“Em mais de 80 países do mundo o ensino a distância vem sendo empregado em todos os níveis educativos, desde o primeiro grau até a pós-graduação, assim como também na educação permanente” (LISSEANU, 1988: 70).*

Na Europa, são oferecidos mais de 700 programas de diferentes níveis, nos mais variados campos do saber. Segundo o Conselho Internacional de Ensino a Distância / CIED, em 1988, mais de 10 milhões de estudantes acompanhavam seus cursos a Distância (apud KAYE, 1988:57) em nível superior e de pós-graduação, essa formação é reconhecida legal e socialmente (IBÁÑEZ, 1989).

Em 1995 a Universidad Nacional de Educación a Distancia / UNED, na Espanha, já oferecia 200 cursos, em nível superior, a mais de 140.000 estudantes matriculados.

A universidade de Hagen (Alemanha) e a Open University são reconhecidas internacionalmente e caracterizadas pela excelência de seus cursos.

Nos países socialistas do Leste europeu desenvolveu-se uma política coerente para assegurar a formação dos trabalhadores.

Na Rússia, 2.500.000 estudantes (mais da metade dos inscritos nas universidades) estudavam a distância antes da ruptura do bloco socialista.

O Parlamento Europeu reconheceu a importância da EAD para a Comunidade Européia ao adotar uma *Resolução sobre as Universidades Abertas* (10/07/87) e ao desenvolver diversos programas comunitários, a partir de 1991, utilizando a mo-

dalidade da EAD. É o caso dos programas *Sócrates*, *Leonardo da Vinci* e *ADAPT* (do Fundo Social Europeu).

Na América Latina a experiência em EAD é muito rica.

Há instituições tomando a iniciativa de consolidação e institucionalização de programas de EAD em diversas áreas e níveis de ensino, tais como:

- # a Universidad Nacional Abierta de Venezuela
- # a Universidad Estatal a Distancia e Costa Rica
- # o Sistema de Educación Abierto y a Distancia de Colômbia que em 1996, tinha cerca de 60% da população estudantil atendida pelo sistema EAD

### **A Educação a Distância no Brasil**

No Brasil, a EAD já é reconhecida como uma alternativa para solucionar a “falta” de instrução e educação da maioria da população adulta e trabalhadora e que já se estende à população mais jovem.

As experiências e pesquisas desenvolvidas buscando sempre o incremento qualitativo das diversas formas de EAD têm comprovado que a EAD é uma modalidade de educação eficaz para atender não somente à população que, embora não o seja legalmente, na prática é excluída do ensino presencial, como também a todos os cidadãos que em algum momento de sua vida ativa necessitam de formações distintas ou pretendem ter acesso a uma educação continuada e permanente.

De acordo com *Bordenave*, as raízes da teleducação à distância foram localizadas na iniciativa da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, por um grupo de membros da Academia Brasileira de Ciências, doada posteriormente, em 1936, ao Ministério da Educação e Saúde.

Em 1956, a diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, tendo como referência a experiência da Rádio Sutalenza (Colômbia) iniciou o *Movimento de Educação de Base* (MEB), “o maior sistema de educação a distância não formal até agora desenvolvido no Brasil” (BORDENAVE, 1987:57).

Em 1967, o governo do Estado do Maranhão, na tentativa de resolver os graves problemas educacionais diagnosticados, decidiu utilizar a TV Educativa e através

do *Centro Educativo do Maranhão*, em 1969, começou a emitir programas, em circuito fechado, para alunos de 5ª a 8ª séries.

A TVE do Ceará, nesta mesma época, também desenvolveria o programa *TV Escolar*, para atender a alunos da 5ª a 6ª séries das regiões mais interioranas, onde estas séries terminais do 1º grau inexistiam.

A Fundação Padre Anchieta, uma organização criada em 1967 e mantida pelo Governo do Estado de S. Paulo, deu início, em 1969, a atividades educativas e culturais junto a populações faveladas e a diversos tipos de coletividades organizadas e, ainda, a secretarias municipais de educação, utilizando-se de repetidoras para atingir milhões de habitantes.

Em 1969 o Estado da Bahia, o Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (IRDEB), passou a oferecer, até 1977, uma variedade de programas (pré-escolar, 1º e 2º graus e formação de professores), aproveitando a experiência dos MEBs.

Em 1971 a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, deu grande contribuição na difusão do significado e da importância da Educação a Distância no país, organizando Seminários Brasileiros e publicando a revista *Tecnologia Educacional*.

Em 1972, o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), foi criado com o objetivo de integrar todas as atividades educativas dos meios de comunicação com a Política Nacional de Educação.

Em 1973 o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB) criado em acordo entre a Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE) e o MEC, passou oferecer seus cursos utilizando-se da modalidade de Distância.

Em 1978, a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e a Fundação Roberto Marinho (TV Globo) lançaram o *Telecurso de 2º Grau*, combinando programas televisivos com material impresso vendido nas bancas de jornais.

A Universidade de Brasília, através de seu *Centro de Educação a Distância* (CEAD), vem, desde 1980, oferecendo cursos de educação continuada.

A EAD aplicada a Educação Profissional como instrumento estratégico de desenvolvimento.

A exemplo do que ocorre, como visto, com os demais níveis e modalidades de ensino, a educação profissional pode e deve utilizar as ferramentas da EAD para promover, com mais amplitude e eficiência, a formação de cidadãos capazes de dar conta dos desafios do mundo contemporâneo sejam eles no campo pessoal ou profissional, propiciando uma formação integral, ou seja, que possibilite o pleno exercício da cidadania e a inclusão no mundo do trabalho.

Todo o desenvolvimento alcançado e a ser alcançado em todos os campos do conhecimento tem como pressuposto básico a produção e a disseminação do conhecimento.

Historicamente, as metodologias e as estratégias utilizadas no processo pedagógico como ferramenta para a formação das pessoas tem evoluído. No entanto, apesar do inegável avanço produzido no campo educacional e na produção do conhecimento, é fato que o acesso a este conhecimento a as tecnologias existentes estão restritas às minorias. No Brasil há um descompasso muito grande entre estes avanços e o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico. Na medida em que o tempo passa, a situação se agrava. As tecnologias disponíveis estão a exigir a formação, capacitação e qualificação de profissionais que possam efetivamente dominar o conhecimento, desenvolver habilidades e competências, de modo a fazer frente às demandas que irão alavancar o desenvolvimento nacional.

A utilização da EAD, com suas tecnologias na expansão da educação profissional, permitira a formação e capacitação mais rápida de um maior número de profissional para atender aos desafios e às necessidades de um desenvolvimento sustentável com a vantagem de aperfeiçoar a utilização dos recursos materiais e humanos existentes, sem a necessidade de grandes investimentos na construção e manutenção de novas escolas ou centros de formação, que por maior que seja o esforço e a destinação de recursos das diversas esferas governamentais, não será capaz de resolver o *déficit* histórico da demanda pela oferta de novas vagas para a formação profissional.

Por todo o exposto e pelo que mais pode ser acrescentado, não há dúvida de que é imprescindível que se incluam nas medidas de expansão da educação profissional e tecnológica, a utilização da EaD como instrumento eficaz de inclusão social e ferramenta indispensável para alavancar o desenvolvimento do país.